

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
PREGÃO ELETRÔNICO
MENOR PREÇO POR GRUPO**

**FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE KITS PARA
IRRIGAÇÃO, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS EM MUNICÍPIOS NA ÁREA DE
ATUAÇÃO DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA, SOB JURISDIÇÃO DA 2ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

Março/ 2024



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de
Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	5
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	6
4.	LOCAIS DE ENTREGA, CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E LOCAL DE FATURAMENTO	7
5.	DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	7
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7.	VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	8
8.	PROPOSTA	9
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	10
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
11.	PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	11
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
13.	REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	11
14.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	11
15.	MULTAS	12
16.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	14
17.	FISCALIZAÇÃO	14
18.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	14
19.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	15
20.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	16
21.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	17
22.	GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	17
23.	MATRIZ DE RISCOS	18
24.	CONDIÇÕES GERAIS	19
25.	ANEXOS	19



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de kits para irrigação, visando o atendimento de demandas na área de atuação da CODEVASF, no estado da Bahia, sob jurisdição da 2ª Superintendência Regional, no valor máximo de R\$ 4.951.512,31 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e doze reais e trinta e um centavos), estimados no mês de fevereiro de 2024, distribuídos em 04 (quatro) grupos, totalizando 12 (doze) itens, conforme descrito no Anexo II e na tabela abaixo:

GRUPO I – AMPLA CONCORRÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores “in line” espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubo gotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	301151	Unidade	400
2	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores “in line” espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	301151	Unidade	150
3	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	353858	Unidade	400
4	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica total mínima de 18. m.c.a., vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	466630	Unidade	400
GRUPO II – AMPLA CONCORRÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
5	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para	234086	Unidade	200



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

	sustentação dos miniaspersores.			
6	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	316461	Unidade	200
GRUPO III – COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
7	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubo gotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	301151	Unidade	4
8	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	301151	Unidade	1
9	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	353858	Unidade	4
10	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica total mínima de 18. m.c.a., vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	466630	Unidade	4
GRUPO IV – COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
11	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para sustentação dos miniaspersores.	234086	Unidade	2



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

12	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	316461	Unidade	2
----	---	--------	---------	---

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

a) Os Grupos I e II são abertos para a participação de todas as empresas.

b) Os Grupos III e IV **são reservados à cota de 1% (um por cento) para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**, conforme preceituam o artigo 8º do Decreto nº 8.538/2015.

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos dos materiais e equipamentos, objeto deste Termo de Referência.

2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa/BA, em cuja jurisdição territorial localizam-se os locais de fornecimento dos materiais e equipamentos, objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais <https://www.gov.br/compras>.

CATSERV – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras>.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG – É um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras>.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (PE/SRP).

3.2. **Forma de fornecimento:** parcial.

3.3. **Valor estimado:** público, orçado em R\$ 4.951.512,31 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e doze reais e trinta e um centavos).

3.4. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por Grupo, com fulcro no Artigo 67 do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf, pois visa a obter a proposta mais vantajosa para a administração, desde que



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

atendidos os parâmetros mínimos de desempenho, de qualidade, as especificações técnicas e requisitos de habilitação estabelecidos no Edital e seus anexos, a fim de proporcionar um julgamento igualitário entre os licitantes.

3.5. **Intervalos mínimos de lances:** constam no Anexo II deste Termo de Referência.

4. LOCAIS DE ENTREGA

4.1. Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues nos endereços a seguir informados, podendo ser em apenas um ou em todos:

- **2ª Superintendência Regional da Codevasf (2ª SR) – Endereço:** Avenida Manoel Novaes, s/nº, Centro, Bom Jesus da Lapa-BA - CEP 47.600-000;
- **Escritório de Apoio Técnico da Codevasf em Irecê (2ª/EIR) – Endereço:** Rua São Francisco, s/n, Centro, Irecê-BA - CEP 44.900-000;
- **Escritório de Apoio Técnico da Codevasf em Guanambi (2ª/EGU) – Endereço:** Avenida Deolinda Martins, s/nº, Centro, Guanambi-BA - CEP 46.430-000;
- **Unidade Descentralizada da Codevasf em Barreiras (2ª/UBA) – Endereço:** Rua Professor José Seabra, s/nº, Centro, Barreiras-BA - CEP 47.805-100;
- **Unidade Descentralizada da Codevasf em Vitória da Conquista (2ª/UCO) – Endereço:** Avenida Siqueira Campos, nº 1.922, Bairro Candeias, Edifício do MAPA – CEP: 45.028-548.

4.2. Não é possível estimar uma quantidade precisa a ser entregue em cada um dos locais de entrega mencionados no subitem 4.1, uma vez que as máquinas e equipamentos serão adquiridos com recursos oriundos de emendas parlamentares, os quais são de livre alocação. Ademais, o próprio sistema de registro de preços é utilizado quando não se possui uma quantidade precisa, conforme Artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, inciso IV.

4.3. Da distância dos municípios locais de entrega em relação a Salvador-BA, capital do estado: Bom Jesus da Lapa, 800 km (oitocentos quilômetros); Irecê, 500 km (quinhentos quilômetros); Guanambi, 700 km (setecentos quilômetros); e Barreiras, 900 km (novecentos quilômetros); Vitória da Conquista - BA, 519 km (quinhentos e dezenove quilômetros).

4.4. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

4.5. Por se tratar de itens que não exigem emplacamento, o referido pregão exige que o fornecedor realize o faturamento no local da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no estado da Bahia.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1. O objeto do presente pregão compreende fornecimento, carga, transporte e descarga de kits para irrigação, para atender às demandas em municípios na área de atuação da CODEVASF no estado da Bahia, sob jurisdição da 2ª Superintendência Regional, sediada em Bom Jesus da Lapa-BA, conforme distribuídos na Planilha de Quantitativos e Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta no Anexo II - Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas – que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

- 5.3. A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem fazem parte do Escopo de Fornecimento.
- 5.4. A descarga dos equipamentos no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.
- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.7. Os equipamentos deverão ser identificados, por impressão direta (**pintura**), em locais visíveis, com dimensão proporcional às dimensões do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, conforme Anexo III – Termos para Impressão, em pelo menos dois locais distintos com a expressão “DOAÇÃO”.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladas, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADE COOPERATIVA

6.4.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06/10/2015.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento não será obrigatório, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental – 2ª/GRR da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, nos telefones: (77) 3481-8052 ou 3481-8059 ou 3481-8085 ou 3481-8057.

7.1.3. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para as máquinas/equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo IV, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - Fornecedor de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção das máquinas/equipamentos fornecidos.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga dos kits para irrigação, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL avaliado, por GRUPO, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.2.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da Codevasf e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A Codevasf poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.

a) A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

I. Atestado(s) em nome da concorrente, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação na quantidade mínima de 01 (um) equipamento para cada item específico.

i. Entende como similares equipamentos com a mesma funcionalidade, classe, aplicação, categoria, com parâmetros técnicos iguais, superiores ou equivalentes tecnicamente que serão verificados e avaliados pelo corpo técnico da Codevasf durante o processo licitatório.

a1) Consideram-se fornecimentos similares: equipamentos com a mesma funcionalidade, classe, aplicação, categoria, com parâmetros técnicos iguais, superiores ou equivalentes tecnicamente que serão verificados e avaliados pelo corpo técnico da Codevasf durante o processo licitatório.

b) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

9.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para o Grupo objeto da licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 4.951.512,31 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e doze reais e trinta e um centavos), a preços de fevereiro de 2024, conforme indicado na Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas - Anexo II deste Termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de **120 (cento e vinte) dias**, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento (OF), podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, cabendo justificativa do gestor da Ata de Registro de Preços nos casos de necessidade de maior prazo.

11.2. Conforme demandas, em caso de contratação, após a emissão do empenho, o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento será de 60 (sessenta) dias.

11.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos.

11.4. O prazo referenciado no subitem acima, deverá atender o cronograma físico-financeiro constante do Anexo VI deste Termo de Referência.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais (R\$), com base nos preços unitários do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da Codevasf, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda o subitem seguinte:

- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa;
- b) Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados da data de atesto por parte do fiscal quanto ao recebimento dos equipamentos/materiais.

13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços ofertados em Ata serão fixos e irrevogáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (Codevasf) promover negociações junto às licitantes participantes, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1. Caso o ocorra assinatura do contrato ou Ordem de Fornecimento, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

O índice será verificado conforme TABELA FGV códigos: 1416650 - IPA-EP-DI Máquinas, Aparelhos e Equipamentos; 1417005 – IPA-EP-DI Suprimentos Agropecuários e 1420741 – IPA-OG-DI Artigos de borracha e Material plástico.

14.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

14.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15. MULTAS

15.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

15.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;

b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

15.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

15.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC;

15.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças – 2ª/GRG/UFN, o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dias) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame;

15.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva - COGEX, com base na instrução do processo, emitirá ato administrativo de sua competência (Resolução Regional ou Resolução) dispondo sobre o provimento ou não do recurso administrativo apresentado pela contratada;

15.8. Caso o recurso seja aceito, o processo será restituído ao titular da unidade orgânica gestora para comunicação à contratada sobre o encerramento do processo e, posteriormente, ao fiscal ou gestor do instrumento para registro do arquivamento no sistema informatizado de gestão de contratos e convênios e apensação do processo ao processo principal;

15.9. Caso o recurso seja negado, o processo será restituído à unidade orgânica gestora do instrumento para providências quanto ao registro da decisão nos sistemas cadastrais correspondentes e publicação no Diário Oficial da União - DOU, caso a penalidade implique em restrição ou rescisão contratual, e posterior encaminhamento à Secretaria de Licitações, na Sede, ou à Secretaria Regional de Licitações, nas Superintendências Regionais, para registro da decisão no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

15.10. Caso o Comitê de Gestão Executiva - COGEX mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

16 GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não será exigida Garantia de Execução.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela Codevasf, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial – 2ª/GRR da Codevasf, responsável pela execução do contrato.

17.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial – 2ª/GRR da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

18.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

18.1.1. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

18.1.2. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

18.1.3. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

18.1.4. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

18.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

18.3. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

18.4. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

18.5. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

18.6. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação do pagamento.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme previsto no Art. 82, "II" do novo Regulamento de Licitações e Contratos (RILC/2024):

19.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

19.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

19.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

19.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (*Hg*), chumbo (*Pb*), cromo hexavalente (*Cr(VI)*), cádmio (*Cd*), bifenil-polibromados (*PBBs*), éteres difenil-polibromados (*PBDEs*).

19.2. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

19.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

19.4. Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 19.1.1 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

20.1.1. O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação;
- Local de instalação;
- Nome e endereço do cliente.

20.1.2 A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas solicitadas no item.

20.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da Lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

20.3. O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
- c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

20.4. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via *e-mail* ou telefone, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

20.5. A contratada deverá comprovar, no momento da assinatura da ata de registro de preços, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada por meio de concessionária da marca, que o fabricante do bem fornecido, possui assistência técnica no âmbito do estado da Bahia ou num raio de até 600 km (seiscentos quilômetros) de distância dos limites estaduais.

21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

21.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.

21.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

21.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

21.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

21.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

21.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

21.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

22. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

22.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza(m)-se, por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à Codevasf, nos locais de que tratam o subitem 4.1 deste Edital.

22.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

22.3. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem 22.1, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

22.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf.

22.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

22.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

22.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

22.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

22.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

22.10. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis (dois dias úteis), contadas da solicitação efetuada.

22.11. O término do atendimento, considerando a colocação dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis do início do atendimento.

22.12. Decorridos os prazos estabelecidos nas alíneas acima, sem o atendimento devido, fica a Codevasf autorizado a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da(s) licitante(s) vencedora(s) os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos bens ofertados.

23. MATRIZ DE RISCOS

23.1. A Matriz de Riscos está apresentada no Anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

23.2. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da CODEVASF.

23.3. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a CONTRATADA.

23.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

23.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

23.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

23.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

23.8. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na Matriz de Riscos.

23.9. Os casos omissos na Matriz de Riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

23.10. A referida Matriz de Riscos consta no anexo V e é parte integrante do Contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

24. CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

25. ANEXOS

25.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas;
- Anexo II – Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas;
- Anexo III – Modelo de Logomarca da Codevasf - termos para impressão;
- Anexo IV – Modelo de proposta;
- Anexo V – Matriz de Riscos;
- Anexo VI – Cronograma Previsto.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades dos equipamentos diversos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência (TR) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP) serão submetidos para análise e aprovação por ato da autoridade competente.

Justificativas:

Da necessidade da contratação: justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do nordeste brasileiro, apesar de terem proporcionado progressos significativos, ainda não conseguiram melhorar de forma pujante os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de acesso a alimentos com qualidade e em quantidade, além da inclusão produtiva, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo foi aprovado o projeto básico para execução do objeto desta licitação.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO: A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 31º, inciso 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimentos seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos fornecimentos que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Foi adotada a licitação em Sistema de Registro de Preços, tendo em vista haver a necessidade contratações frequentes, com entregas em locais distintos e em momentos diferentes (Ordens de Fornecimento diferentes, emitidas em momentos/períodos diferentes); o que não permite definir previamente os quantitativos a serem contratados. Considerando que o aporte de recursos oriundos de emendas parlamentares, às vezes, é destinado para a Codevasf no final do ano, quando já não mais existe tempo hábil para realizar licitação no exercício; torna-se fundamental que já exista Ata de Registro de Preços válida para aquisição dos possíveis equipamentos ou materiais por parte da Codevasf.

Autorização de Adesões (“Caronas”): Permitida. A área técnica não vê empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

- a) Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;
- b) A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos os itens licitados;
- c) Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:
- Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;
 - Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Sim.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

A pesquisa de preços foi realizada considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 01 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Artigo 67º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (RILC/2024).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

Da exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em grupos, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, conforme a legislação é permitida cota de até **25%** (vinte e cinco por cento), no caso dos **Grupos III e IV**, definiu-se o valor para **cota em 1%** (um por cento) conforme item 1 do TR e Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas - Anexo II deste termo de Referência, com vistas a cumprir o que determina o Decreto nº 8.538/2015 e Lei Complementar nº 123/2006. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

Parcelamento do objeto: A licitação será por grupo devido às especificações técnicas dos itens terem correlação entre si, também ao fato que os equipamentos compõem a cadeia de produção agrícola, assim como em função aos atrasos e, até as vezes não entrega de equipamentos componentes dos kits, comprometendo a composição necessária no sentido em obter os maquinários/itens necessários para a produção de produtos diversos. Além de que, quando realizado o certame por itens com diversas empresas fornecedoras, há o lapso temporal entre as entregas, retardando a estruturação da cadeia produtiva.

Permite a Participação de Sociedades Cooperativas: Sim, as cooperativas poderão participar da licitação, desde que o seu objeto social seja compatível com o objeto licitado.

Permite Participação de Consórcios: Não será permitida a participação em consórcios, por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permite Subcontratação: Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência, tendo em vista tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades.

Cota de até 1% (um por cento) para ME e EPP: foi definida a cota de **1%** (um por cento) do quantitativo reservado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) para os **Grupo II** devido ao planejamento de aquisições da Codevasf – 2ª SR ter sido prejudicado em licitações anteriores em virtude da dificuldade de fornecimento por parte dessas empresas.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os fornecimentos a serem contratados poderão ser executados nos exercícios de 2024 e 2025, conforme a disponibilidade orçamentária e o prazo de validade das Atas de Registro de Preços. A fonte orçamentária será informada no momento da emissão das Ordens de Fornecimento ou Contrato.

Garantia de Execução: Não será exigida “garantia de execução”.

Comprovação de assistência técnica autorizada no estado da Bahia ou num raio de até 600 km (seiscentos quilômetros) dos limites do estado: considerando que as entidades que receberão os equipamentos são sediadas no estado da Bahia, na área de jurisdição da 2ª Superintendência Regional da Codevasf e, que a distância entre os locais onde se encontram os equipamentos e as sedes das empresas prestadoras de serviços de reparos e manutenção de máquinas influenciam nos custos dos mesmos (cobra-se por km de deslocamento), achou-se por bem exigir que a empresa contratada para o fornecimento dos equipamentos comprove, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que o fabricante do bem fornecido possua assistência técnica no âmbito do estado da Bahia ou num raio de até 600 km (seiscentos quilômetros) dos limites do estado. Ressalta-se que a exigência supracitada é feita apenas para a contratada que for vencedora do certame.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

Da exigência de capital social mínimo de 10% (dez por cento): as licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de **10%** (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para o Grupo da licitação.

Garantia do Objeto: A garantia consta na Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

Apresentação de amostras: Para o escopo do fornecimento não é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Da Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

Do Gestor da ATA: Indica-se o Chefe da 2º GRR/UDT **Wilson Neri Souza** (Cadastro: 891100) portador do Cadastro de Pessoa Física – CPF: 553.753.675-72 para gestor da Ata de Registro de Preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de
Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

ANEXO II

**PLANILHA DE QUANTIDADES, PREÇOS ORÇADOS E ESPECIFICAÇÕES
TÉCNICAS**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - GERÊNCIA REGIONAL DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

ANEXO II - PLANILHA DE QUANTIDADES, PREÇOS ORÇADOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	CATMAT	GRUPO I - AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL	INTERVALO DE LANCES
		PROCESSO Nº 59520.000168/2024-74-e					
1	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubo gotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	Unidade	400	R\$ 1.475,71	R\$ 590.284,00	R\$ 7,00
2	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	Unidade	150	R\$ 5.472,31	R\$ 820.846,50	R\$ 27,00
3	BR353858	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	Unidade	400	R\$ 1.334,35	R\$ 533.740,00	R\$ 6,00
4	BR466630	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica mínima 18. m.c.a., com vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	400	R\$ 645,72	R\$ 258.288,00	R\$ 3,00
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO I						R\$ 2.203.158,50	

ITEM	CATMAT	GRUPO II - AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL	INTERVALO DE LANCES
		PROCESSO Nº 59520.000168/2024-74-e					
5	BR234086	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para sustentação dos miniaspersores.	Unidade	200	R\$ 8.816,97	R\$ 1.763.394,00	R\$ 44,00
6	BR316461	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	200	R\$ 4.693,22	R\$ 938.644,00	R\$ 23,00
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO II						R\$ 2.702.038,00	

ITEM	CATMAT	GRUPO III- COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL	INTERVALO DE LANCES
		PROCESSO Nº 59520.000168/2024-74-e					
7	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubo gotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	Unidade	4	R\$ 1.475,71	R\$ 5.902,84	R\$ 7,00
8	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	Unidade	1	R\$ 5.472,31	R\$ 5.472,31	R\$ 27,00
9	BR353858	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	Unidade	4	R\$ 1.334,35	R\$ 5.337,40	R\$ 6,00
10	BR466630	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica mínima 18. m.c.a., com vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	4	R\$ 645,72	R\$ 2.582,88	R\$ 3,00
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO III						R\$ 19.295,43	

ITEM	CATMAT	GRUPO IV - COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL	INTERVALO DE LANCES
		PROCESSO Nº 59520.000168/2024-74-e					
11	BR234086	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para sustentação dos miniaspersores.	Unidade	2	R\$ 8.816,97	R\$ 17.633,94	R\$ 44,00
12	BR316461	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	2	R\$ 4.693,22	R\$ 9.386,44	R\$ 23,00
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO IV						R\$ 27.020,38	

VALOR TOTAL GERAL					R\$ 4.951.512,31
-------------------	--	--	--	--	------------------

Observação: foram adotados os intervalos mínimos de lances supra porque tratam-se de valores inferiores a **0,5%** (meio por cento) dos valores unitários de todos os respectivos itens a serem licitados, considerando-se que não há normativa na Codevasf que trate sobre o intervalo mínimo de lances para Pregões Eletrônicos - Sistemas de Registros de Preços (PE/SRP), e por entender que nada impede que seja dado um desconto maior pelas licitantes.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de
Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

ANEXO III

TERMOS PARA IMPRESSÃO

Dimensões e arte podem ser consultadas junto à Assessoria de Comunicação da 2ª Superintendência Regional da Codevasf:

E-mails: 2a.cp@codevasf.gov.br, demetrios.rocha@codevasf.gov.br e matheus.isensee@codevasf.gov.br.

Telefones: (77) 3481-8018 e (77) 3481-8017.

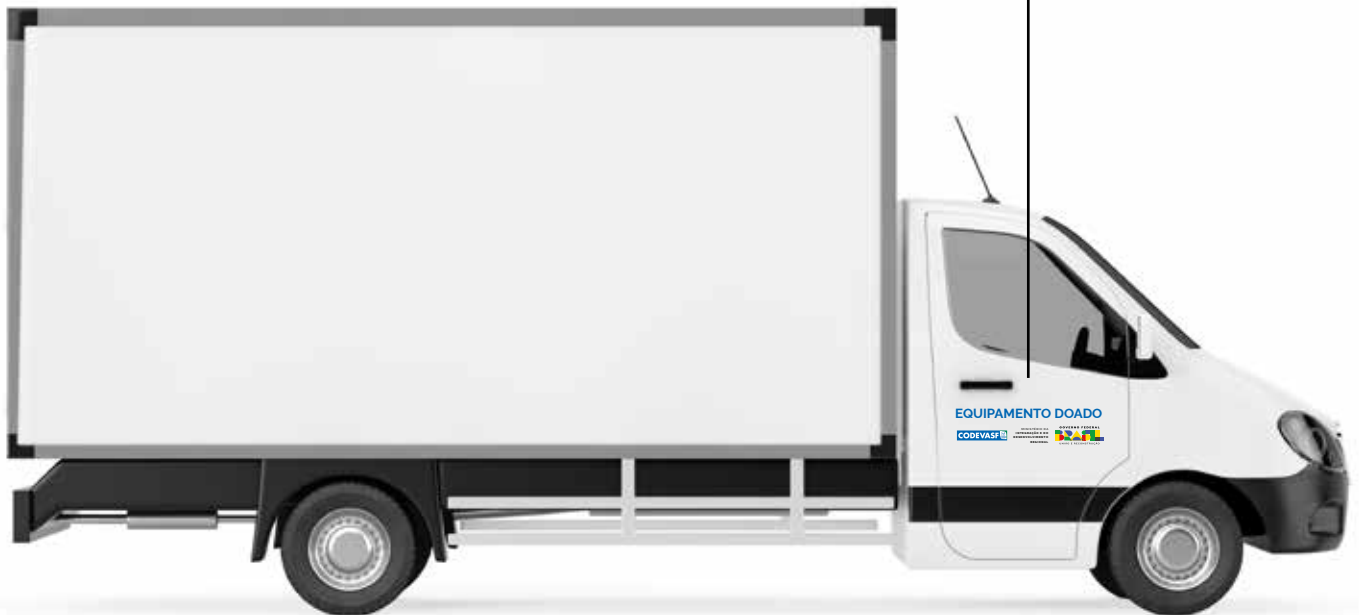


EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO
DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO
DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

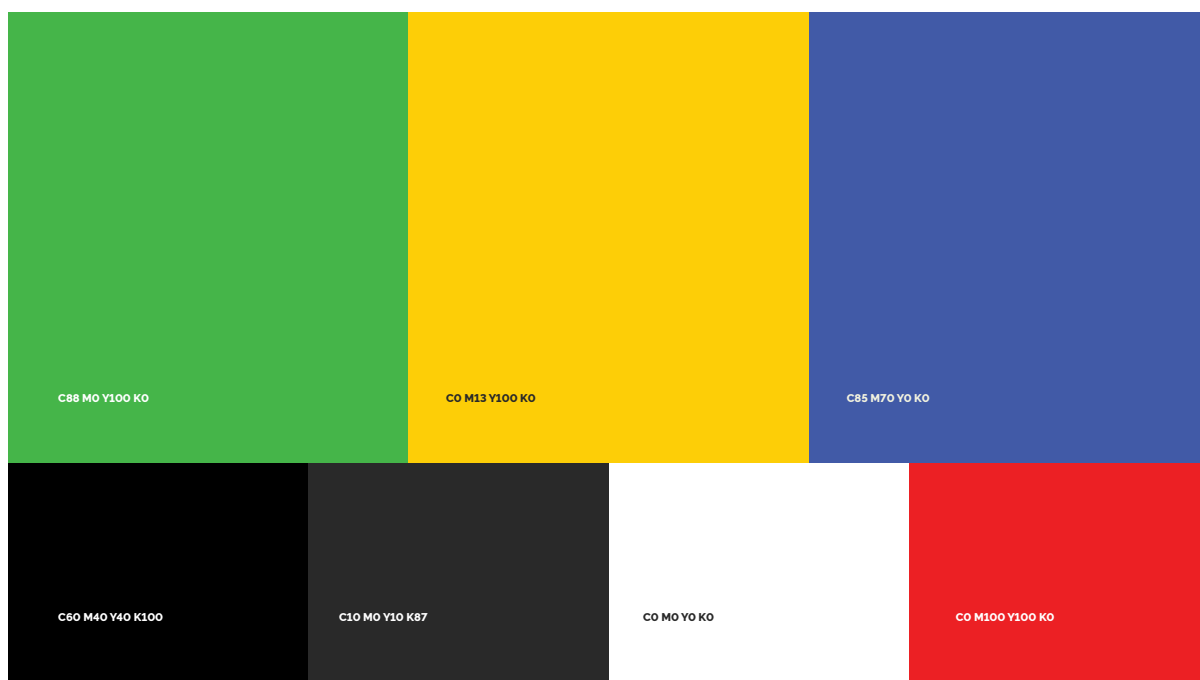








PALETA DE CORES





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de
Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV - Modelo de Proposta

ITEM	CATMAT	GRUPO I - AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	Unidade	400		R\$ -
2	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	Unidade	150		R\$ -
3	BR353858	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	Unidade	400		R\$ -
4	BR466630	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica mínima 18. m.c.a., com vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	400		R\$ -
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO I						R\$ -

ITEM	CATMAT	GRUPO II - AMPLA CONCORRÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
5	BR234086	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para sustentação dos miniaspersores.	Unidade	200		R\$ -
6	BR316461	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	200		R\$ -
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO II						R\$ -

ITEM	CATMAT	GRUPO III- COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
7	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 500 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 400 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, embalado em embalagem única lacrada composta de caixa de papelão, capacidade para irrigar uma área de 500 m².	Unidade	4	R\$ -	R\$ -
8	BR301151	Kit de irrigação localizada por gotejamento para áreas de 5.000 m², superficial, fixo, montagem por encaixe, gotejadores "in line" espaçados de 0,30 m entre si, com vazão entre 0,47 e 1,87 litros por hora, com no mínimo 4.000 m de tubogotejadores, que funcione em pressão de 1,5 m.c.a, sistema de filtragem de tela de 120 mesh, tubo de polietileno com proteção contra raios ultravioletas, capacidade para irrigar uma área de 5.000 m².	Unidade	1	R\$ -	R\$ -
9	BR353858	Reservatório de polietileno de 2000 litros, com tampa e logomarca da Codevasf.	Unidade	4	R\$ -	R\$ -
10	BR466630	Conjunto Motobomba Centrífuga com potência mínima de 1/2 cv, elétrica, 127/220 v, altura de sucção de 8 m.c.a., rotor em bronze, altura manométrica mínima 18. m.c.a., com vazão mínima de 1,50 m³/hora, rolamento blindado, protetor térmico, tratamento anti-ferrugem, válvula de retenção interna, sistema anti-travamento. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	4	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO III						R\$ -

ITEM	CATMAT	GRUPO IV - COTA DE ATÉ 1% - Exclusivo para ME e EPP	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
11	BR234086	Kit de irrigação por mini aspersor para pastagens, para áreas de 1,0 hectare, composto por no mínimo 48 miniaspersores com emissores autocompensados de vazão mínima de 550 litros/hora; linhas de distribuição em polietileno; com hastes metálicas de 1,50 m para sustentação dos miniaspersores.	Unidade	2	R\$ -	R\$ -
12	BR316461	Motobomba autoescorvante a diesel, potência mínima de 5 hp, partida elétrica, diâmetro de sucção de 2 polegadas, diâmetro de recalque de 2 polegadas, motor refrigerado a ar de 04 tempos; tanque de combustível com capacidade mínima de 2,5 litros. Logomarca da CODEVASF. Garantia mínima de 12 meses.	Unidade	2	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL DOS ITENS GRUPO IV						R\$ -

VALOR TOTAL GERAL						R\$ -
-------------------	--	--	--	--	--	-------



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR Companhia de
Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

ANEXO V

MATRIZ DE RISCOS



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

PROCESSO Nº 59520.000168/2024-74-e – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO V - MATRIZ DE RISCOS
(AQUISIÇÕES DE KITS PARA IRRIGAÇÃO)

RISCO	DEFINIÇÃO	ALOCAÇÃO (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	IMPACTO (Alto, médio ou baixo)
1 - Necessidade de fornecer o item contratado com o fornecedor, com alteração de marca ou especificação técnica.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	Contratada	Alto
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada.	Compartilhada	Baixo
3 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto
4 - Variação cambial do dólar.	Variação cambial com percentual entre o menor valor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: menor valor R\$ 4,22 e maior valor R\$ 5,10 corresponde uma variação de 20,85%)	Contratada	Médio
5 - Variação cambial do dólar acima do previsto no item 4.	Variação cambial acima do percentual previsto no risco 4 a partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta. (Exemplo: Dólar na data de apresentação da proposta R\$ 5,65 terá uma variação aceitável de 20,85% totalizando um limite de R\$ 6,83 sem reequilíbrio contratual).	Codevasf	Alto
6 - Variação da inflação (IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).	Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até a data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi	Compartilhada	Médio



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

	1,88% e dezembro de 2019 4,52% corresponde uma variação de 40,42%)		
7 - Greve da Receita Federal do Brasil.	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	Codevasf	Alto
8 - "Greve de Caminhoneiros"	Greve do setor de transporte impedindo o frete.	Codevasf	Alto
9 - Aumento dos custos de transporte internacional de cargas.	Elevação de taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete.	Contratada	Baixo
10 - Aumento dos custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel.	Contratada	Médio
11 – Lockdown.	Paralisação da cidade, região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Codevasf	Alto
12 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações.	Contratada	Médio
13 - Estimativa de prazo de entrega.	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio
14 - Interrupção do contrato.	Verificação da impossibilidade provisória recebimento do equipamento por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixo
15 – Dano na descarga dos itens de fornecimento.	Dano na descarga ou organização dos materiais, equipamentos ou máquinas na entrega.	Contratada	Médio
16 – Dano no frete dos itens de fornecimento.	Dano durante o transporte dos materiais, equipamentos ou máquinas.	Contratada	Médio
17 – Roubo ou extravio de cargas.	Roubo da carga ou extravio da mesma.	Contratada	Alto
18 – Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	Codevasf	Médio
19 - Variação de local de entrega.	Mudança nos locais de entrega dos materiais, equipamentos ou máquinas por interesse da Codevasf dentro dos previstos no estado da Bahia.	Compartilhada	Baixo
20 – Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

21 - Variação no prazo de pagamentos.	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	Codevasf	Alto
---------------------------------------	---	----------	------



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
2ª Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

ANEXO DA MATRIZ DE RISCOS – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

Bom Jesus da Lapa/BA, 20 de março de 2024.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
Elen Gabriela Guimarães Machado
Engª. Agrônoma - Analista de Desenvolvimento Regional
Codevasf – 2ª/GRR/UDT

DE ACORDO:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
Wilson Neri de Souza
Gerente Regional Substituto de Revitalização e Sustentabilidade
Socioambiental
Codevasf – 2ª/GRR

ANEXO VI – CRONOGRAMA PREVISTO

MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17
Assinaturas das Atas de Registros de Preços																
Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente	Ata de Registro de Preços Vigente					
Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento	Emissão de Ordens de Fornecimento					
	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	Entregas de equipamentos	
		Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues	Pagamentos das faturas dos equipamentos entregues
		Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores	Emissão de Atestados para os Fornecedores